

Editorial



Índice

Editorial	1
Agradecimento ao Rui Robalo	2
VIII <i>workshop grudis – feedback</i>	3
XVII Conferência <i>grudis e Doctoral Colloquium</i> - divulgação	4
Publicações de membros do <i>grudis</i>	5
Espaço de opinião sobre investigação	
<i>Aproximar a investigação em contabilidade financeira à prática contabilística</i>	6
<i>Breve reflexão sobre o processo de educação fiscal</i>	8
Notas sobre Contabilidade	10

Editores da *grudisletter*

Patrícia Quesado
Carla Carvalho

Equipa de Coordenação do *grudis*

Aldónio Ferreira
Carla Carvalho
Helena Isidro
João Oliveira
Patrícia Quesado
Paulo Alves
Rúben Peixinho
Sofia Lourenço

E-mail: coordenacao.grudis@gmail.com

Website: www.grudis.pt

A Equipa de Coordenação do *grudis* esclarece que os textos que constam na *grudisletter* são da inteira responsabilidade dos autores que os assinam e que a informação acerca das publicações dos *grudistas* resulta das respostas recebidas dos mesmos.

A 16ª edição da *grudisletter* começa com o merecido agradecimento ao Rui Robalo, que cessou as suas funções na Equipa de Coordenação, por todo o trabalho e dedicação ao *grudis* ao longo dos últimos cinco anos. De seguida apresentamos o *feedback* do VIII *workshop grudis*, realizado no dia 31 de maio, no ISCAC - *Coimbra Business School*, onde se debateu a segurança e a confiança na utilização da Zona Franca da Madeira por empresas nacionais, tendo reunido académicos e profissionais oriundos de diversos pontos do país, incluindo da Madeira.

Segue-se a divulgação da XVII Conferência *grudis e Doctoral Colloquium* que irá decorrer nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2018 na *Católica Porto Business School*, sob a coordenação local do Paulo Alves e da Maria José Fonseca. O *keynote speaker* da XVII Conferência *grudis* é o Professor Philip Joos, da *Tilburg School of Economics and Management* e Presidente da *European Accounting Association* (EAA). Esperam-se dois dias de intensa partilha de conhecimentos e de saudável convívio entre todos os participantes. Para tal, contamos com a vossa presença!

Nesta edição da *grudisletter* destacamos ainda, para além das publicações de membros do *grudis*, o espaço de opinião sobre investigação, com dois artigos de opinião extremamente interessantes e atuais.

A colega Marta Guerreiro, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, realça a necessidade de se aproximar a investigação em contabilidade financeira à prática contabilística. Por sua vez, a colega Liliana Pereira, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, apresenta-nos uma breve reflexão sobre o processo de educação fiscal, numa sociedade caracterizada por uma forte evasão fiscal.

Concluimos esta edição da *grudisletter*, como habitualmente, com mais uma interessante crónica do José António Moreira, com cujo conteúdo certamente muitos de nós nos identificamos, tendo já sentido semelhantes “murros no estômago”.

Patrícia Quesado e Carla Carvalho

Agradecimento ao Rui Robalo



O colega Rui Robalo, membro do *grudis* desde maio de 2002, cessou as suas funções na Equipa de Coordenação, conforme tivemos oportunidade de anunciar no *email* enviado no início de agosto (e no qual foram explicadas as razões subjacentes a esta alteração). Hoje escrevemos para dar um testemunho público do enorme contributo que o Rui deu ao *grudis*.

O Rui Robalo iniciou as funções na Coordenação em junho de 2009, posição que manteve até julho de 2017. A entrada para a Coordenação surgiu na sequência da sua nomeação como representante da Organização Local da IX Conferência *grudis*, realizada na Covilhã em janeiro de 2010.

Desde o início da sua colaboração com a Equipa de Coordenação que o Rui demonstrou uma enorme dedicação ao *grudis* e ao que este grupo representa. Mostrou, desde logo, uma identificação plena com a nossa missão e ser um acérrimo defensor dos princípios e valores que nos unem. Os contributos do Rui ficaram, ainda, pautados por uma atenção ao pormenor sem paralelo. Naturalmente, que nada disto passou despercebido aos restantes membros da Coordenação.

Em março de 2012, surgiu a oportunidade do Rui Robalo passar de uma posição temporária para uma posição permanente no seio da Coordenação. Com efeito, a colega Filomena deixou a Coordenação, ficando a pasta das publicações (i.e. *grudisletters*) sem Coordenador Principal. Assim, o Rui foi convidado a assumir aquela responsabilidade, tendo aceitado de imediato. Cinco anos volvidos e 10 *grudisletters* mais tarde, o Rui entendeu ser chegada a hora de permitir a entrada de “sangue novo” na Coordenação.

Os cinco anos do Rui na Coordenação, enquanto Coordenador Principal da pasta das Publicações e como

Coordenador Associado da pasta dos *workshops*, vieram confirmar a ideia que tínhamos formado relativamente à enorme mais-valia que o Rui trouxe para a Coordenação e para o *grudis*. O Rui manteve sempre uma grande dedicação à causa *grudis* e empenhou-se no aprofundamento do envolvimento do *grudis* no meio académico, designadamente assegurando a voz e perspectiva do Ensino Superior Politécnico no seio da Coordenação.

Na coordenação da pasta das Publicações, o Rui foi exímio na gestão de todo o trabalho editorial associado à *grudisletter*. Além disso, ele fez ponto de honra em procurar assegurar a publicação da *grudisletter* no prazo previsto. Tarefa dura! O Rui desempenhou também um papel central na organização dos *workshops grudis* (a outra metade do crédito devemos-la à Carla Carvalho), uma das iniciativas *grudis* recentes com maior sucesso. Um outro importante contributo, embora menos visível mas igualmente decisivo, foi o bom senso e ponderação que sempre demonstrou na hora da tomada de decisão pela Coordenação, manifestando a sua opinião de forma cordial, mas firme, mantendo-se fiel aos princípios, mas aberto a novas ideias.

As palavras que aqui deixamos ao Rui Robalo não fazem justiça à dimensão do seu contributo para o *grudis*, mas permitem, esperamos nós, dar uma ideia do quanto lhe devemos. Rui, um grande muito obrigado! Bem-hajas por tudo o que fizeste pela comunidade *grudis*.

A Equipa de Coordenação

VIII workshop grudis - feedback "Segurança e confiança na utilização da Zona Franca da Madeira por empresas nacionais"

O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC - Coimbra Business School) acolheu, no dia 31 de maio, o VIII *workshop grudis*, subordinado ao tema "Segurança e confiança na utilização da Zona Franca da Madeira por empresas nacionais", o qual contou 88 participantes, entre académicos e profissionais.



Tratou-se de uma temática de particular interesse, para a comunidade académica e profissional, tendo-se abordado as principais vantagens e desvantagens da utilização da Zona Franca da Madeira (ZFM). Em particular, o uso da ZFM como instrumento de promoção e venda de bens e serviços nacionais (incluindo por parte de PME exportadoras nacionais), bem como de fixação de *know-how* qualificado no suporte a negócios e operações internacionais das empresas portuguesas.

O *workshop* teve como moderadora a Cidália Lopes, docente do ISCAC, e contou com um excelente painel de oradores, com diferentes experiências relacionadas

com a utilização da ZFM, as quais enriqueceram a discussão do tema.

A primeira oradora, Clotilde Palma, administradora da ZFM e docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), iniciou a sua intervenção com os princípios e o enquadramento institucional do Centro Internacional de Negócios da Madeira, apresentando estatísticas que evidenciaram o seu importante papel na economia regional da Madeira. Posteriormente, referiu-se às dificuldades de negociação de um regime fiscal especial, com as características do existente na ZFM, por parte do Governo português com a Comissão Europeia. Terminou, sublinhando a importância da existência deste regime especial na captação de investimento, não só para a economia regional da Madeira, como para a economia portuguesa no seu todo. De seguida, o segundo orador, José Eduardo Gonçalves, docente da Universidade da Madeira, referiu-se às principais dificuldades práticas na utilização da ZFM por empresas nacionais, sublinhando a necessidade de estabilidade do regime para a captação de investimento. Por fim, o terceiro orador, João Trigo de Morais, representante da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, referiu que a ilha da Madeira tem vindo a beneficiar de auxílios estatais sob a forma de benefícios fiscais, com o objetivo de atrair investimento e estimular a atividade económica. Não obstante os referidos auxílios serem concedidos por ato legislativo interno, considerando a situação social e económica estrutural daquela região, a Comissão Europeia tem outorgado sucessivamente a sua concessão, em derrogação do princípio comunitário que, em regra, proíbe a sua atribuição por poderem ter um efeito prejudicial sobre o mercado interno. A existência do regime fiscal especial encontra-se justificada dado que a ilha da Madeira é uma zona periférica na Europa, tendo em conta a sua localização longínqua, a insularidade e as dependências de natureza económica a vários níveis.

Cidália Lopes, Carla Carvalho e Rui Robalo

XVII Conferência *grudis* e *Doctoral Colloquium* - divulgação



Passados 15 anos, o *grudis* regressa à *Católica Porto Business School*! A primeira conferência, então com a designação de Seminário *grudis*, realizou-se em 2002 nesta mesma Escola. Muito mudou, entretanto, mas a mudança de maior impacto foi a dimensão e o protagonismo que o *grudis* tem vindo a assumir enquanto impulsionador da investigação na área da Contabilidade, contando agora com o apoio da *European Accounting Association*.

O *keynote speaker* da XVII Conferência *grudis* é o Professor Philip Joos da *Tilburg School of Economics and Management* e Presidente da *European Accounting Association*. Philip Joos é professor de Contabilidade e *Vice-Dean* em Tilburg e membro do TIAS Finance LAB. O Professor Philip Joos é também *co-Chair* da plataforma digital *Accounting Research Center*, a qual tem como objetivo apoiar jovens investigadores na área da Contabilidade. O Professor Philip Joos tem um largo currículo de investigação em Contabilidade, com especial ênfase no relato financeiro, mercados de capitais e avaliação de empresas. O seu trabalho tem sido publicado em algumas das mais reputadas revistas da área de contabilidade e finanças, designadamente *Journal of Accounting Research*, *The Accounting Review*, *Journal of Business Finance & Accounting*, *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, *The European Accounting Review* e *Financial Management*. O Professor Philip Joos é membro do editorial *board* das

revistas *Contemporary Accounting Research*, *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics* e *International Journal of Auditing*.

A Conferência *grudis* será precedida de um *Doctoral Colloquium*. Um espaço dedicado à apresentação de projetos de investigação de doutorandos em Contabilidade e que tem como principal objetivo promover a discussão com investigadores mais experientes e, assim, obter contributos importantes para a melhoria dos trabalhos apresentados.

A Conferência contará, para além da sessão plenária do Professor Philip Joos, com a apresentação e discussão de artigos científicos na área da Contabilidade. Todos os artigos terão um *discussant*.



A XVII Conferência *grudis* e *Doctoral Colloquium* irão decorrer na *Católica Porto Business School*, nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2018

Estamos à vossa espera!

Paulo Alves

Maria José Fonseca

Publicações de membros do *grudis*

De abril a setembro de 2017

Revistas com *referee*

Cabrita, M.R., Silva, M.L., Rodrigues, A.M., Muñoz Dueñas, M.P. (2017), 'Competitiveness and disclosure of intellectual capital: an empirical research in Portuguese banks', *Journal of Intellectual Capital*, 18(3): 486-505.

Gomes, P., Mendes, S., Carvalho, J. (2017), 'Impact of PMS on organizational performance and moderating effects of context', *International Journal of Productivity and Performance Management*, 66(4): 1-25.

Guerra, C., Oliveira, J. (2017), 'The uses (and non-usage) of the BSC - a case study', *Contabilidade & Gestão*, 20: 9-63.

Machado, S., Serra, S., Gomes, P. (2017), 'Auditoria interna nas Instituições Públicas de ensino superior: Estudo empírico', *Dos Algarves: a multidisciplinary e-journal*, 29: 31-48.

Monteiro, S., Ribeiro, V. (2017), 'The Balanced Scorecard as a tool for environmental management: approaching the business context to the public sector', *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 28(3): 332-349.

Moura, A., Ribeiro, V., Monteiro, S. (2017), 'A responsabilidade social no setor público: uma perspectiva teórica sobre a divulgação de informação', *International Business and Economics Review: Special Edition ISG – GECAMB*, 8: 35-75.

Neto, N., Lobão, J., Vieira, E. (2017), 'Do Portuguese mutual funds display forecasting skills? A study on selectivity and market timing ability', *Studies in Economics and Finance*.

Pinto, O. (2017), 'Book Review: Dictionnaire historique de comptabilité des entreprises', *Accounting History*, 22(2): 139-140.

Pinto, O., West, B. (2017), 'Accounting, slavery and social history: The legacy of an 18th century Portuguese chartered company', *Accounting History*, 22(2): 146-166.

Pinto, O., West, B. (2017), 'Accounting and the history of the everyday life of captains, sailors and common seamen in eighteenth-century Portuguese slave trading', *Accounting History*, 22(3): 320-347.

Quesado, P., Rodrigues, L.L., Guzmán, B. (2017), 'La incertidumbre percibida del entorno y el apoyo de la alta dirección en la implementación del Cuadro de Mando Integral', *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 9(2): 11-22.

Quesado, P., Costa, C. (2017), 'O Balanced Scorecard e os Key Performance Indicators: um estudo de caso numa empresa de transportes públicos', *Management Control Review*, 2(1): 2-19.

Robalo, R., Costa, A.P. (2017), 'The roles of accountants in a medium-sized company', *TÉKHNE - Review of Applied Management Studies*, 15: 35-41.

Vieira, E.S. (2017), 'Debt policy and firm performance of family firms: The impact of economic adversity', *International Journal of Managerial Finance*, 13(3): 267-286.

Revistas sem *referee*

Bastos M.A., Rodrigues, L.L., Pinho, C. (2017), 'Instrumentos Financeiros a Justo Valor: Alterações Resultantes da Crise', *Revista Portuguesa de Contabilidade*, VII(25): 5-32.

Livros e capítulos de livros

Gomes, P. (2017), 'Performance evaluation and Reporting'. In A. Farazmand (ed.), *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance*, DOI 10.1007/978-3-319-31816-5_2316-1.

Espaço de opinião sobre investigação

“Aproximar a investigação em contabilidade financeira à prática contabilística”



Sendo orientadora de dissertações de mestrado na área da contabilidade, todos os anos me debato com a difícil tarefa de selecionar alguns temas de investigação para sugerir aos meus alunos. Nos primeiros anos em que orientei dissertações, comecei por escolher, maioritariamente, temas associados às práticas contabilísticas das empresas com títulos cotados, dada a maior facilidade de acesso a informação. Todavia, constatei que o interesse e a motivação dos alunos aumentava significativamente quando a investigação incidia sobre um assunto com o qual se relacionavam de forma mais próxima, pelo que nos últimos anos tenho optado por tentar conciliar as suas áreas de experiência profissional com o tema da investigação a realizar.

Esta mudança deve-se, também, a alguns artigos que li que questionam a investigação que foi desenvolvida na área da contabilidade financeira nas últimas décadas (Arnold, 2009; Hopwood, 2009; Kaplan, 2011).

A evolução de uma investigação normativa para uma investigação de cariz positivista, a partir de meados dos anos setenta, conduziu ao predomínio dos métodos quantitativos na investigação realizada e publicada. O desenvolvimento de grandes bases de dados com informações sobre o valor das ações, com informação contabilística e previsões de dividendos de analistas, assim como o desenvolvimento de *softwares* estatísticos contribuíram para a proliferação dos estudos quantitativos. Se analisarmos também os aspetos sociais da investigação em contabilidade, assistimos a estruturas de avaliação de docentes de Universidades e Politécnicos que valorizam um elevado número de publicações, a par da pressão exercida para se concluir os mestrados e doutoramentos num curto espaço de tempo. Tal torna a disponibilidade das informações necessárias à investigação num dos critérios principais na escolha da metodologia. Assim, ao longo dos anos, a investigação em contabilidade financeira tem-se focado na análise da interação entre a informação divulgada pelas empresas e a reação dos mercados a essa informação, na manipulação dos resultados, no cálculo de índices de divulgação sobre matérias específicas e na sua explicação, e em outros temas em que a aplicação de métodos estatísticos é predominante.

Todavia, estas linhas de investigação têm vindo a ser crescentemente questionadas, dadas as suas limitações em captar a essência da prática contabilística no seu contexto social, cultural e ambiental. Kaplan (2011) refere que a investigação se distanciou do próprio processo de produção de informação contabilística e que se depender apenas de bases de dados tornar-se-á exclusivamente reativa, uma vez que precisa que os fenómenos aconteçam ao longo de vários anos para que se reúnam dados passíveis de ser analisados. Tal não seria problemático se houvesse pouca inovação. Mas não é isso que acontece na nossa área. Em dez anos, a velocidade e a complexidade da realidade empresarial aumentou significativamente. As bases de dados não proporcionam informações sobre entidades fora do balanço, esquemas contabilísticos facilitadores de “lavagem de dinheiro”, *lobbies* na atividade

reguladora, implicações económicas e sociais das alterações normativas, dificuldades na mensuração do justo valor, etc.

O alargamento do âmbito da investigação *mainstream* em contabilidade financeira através da realização de investigação qualitativa pode contribuir para o aumento do conhecimento efetivo sobre a prática contabilística e, conseqüentemente, para o aumento da utilidade dos resultados alcançados. A investigação qualitativa desempenha um papel fundamental no aumento da amplitude dos temas que podem ser investigados na contabilidade financeira. A investigação qualitativa permite, por um lado, uma maior aproximação da investigação à realidade profissional, onde são exercidas as opções contabilísticas, sentidas as dificuldades de aplicação das normas, ou seja, onde é possível conhecer as práticas efetivamente exercidas. O investigador pode observar as práticas contabilísticas, analisá-las, identificar os riscos e fazer uma análise crítica (a investigação em contabilidade de gestão já há muito tempo privilegia esta aproximação da investigação às práticas organizacionais adotadas pelas empresas). Por outro lado, a investigação qualitativa permite analisar a natureza social das práticas contabilísticas e a sua complexidade, o que é particularmente útil no estudo de processos de mudança.

Por estes motivos, sempre que atualmente me deparo com um aluno que exerce uma atividade profissional, procuro equacionar a utilidade da investigação que vamos desenvolver e até que ponto o seu conhecimento e acesso privilegiado a uma realidade empresarial específica podem permitir estudar temas como, por exemplo, as motivações que existem na escolha de determinadas práticas contabilísticas, as dificuldades de interpretação das normas, as dificuldades na aplicação das regras de mensuração definidas e quais os pressupostos assumidos ou a influência das alterações normativas nas estruturas sociais das organizações.

A leitura dos três artigos aqui citados poderá ser útil a quem quiser debruçar-se, com maior profundidade, sobre a necessidade de aproximar a investigação à prática contabilística.

Referências

Arnold, P.J. (2009). Global Financial crisis: The challenge to accounting research. *Accounting, Organizations and Society*, 34, 803-809.

Hopwood, A. (2009). The economic crisis and accounting: Implications for the research Community. *Accounting, Organizations and Society*, 34, 797-802.

Kaplan, R.S. (2011). Accounting Scholarship that Advances Professional Knowledge and Practice. *The Accounting Review*, 86(2), 367-383.

Marta Guerreiro

Espaço de opinião sobre investigação

“Breve reflexão sobre o processo de educação fiscal”



Numa sociedade onde se verificam elevados níveis de evasão fiscal, a necessidade de criação de uma consciência fiscal responsável torna-se uma medida urgente. Nesse sentido, a educação fiscal apresenta-se como um processo necessário à mudança de atitude face ao sistema fiscal: que deixe de se valorizar os incumpridores e se formem adultos que cumpram e exijam dos outros o cumprimento das obrigações fiscais, exercendo uma cidadania fiscal baseada na ética e no bem-estar comum.

Consciência pressupõe conhecimento sobre si mesmo e sobre o mundo, um mundo ordenado e socializado onde todos têm direitos e deveres. Os impostos constituem uma obrigação legal, mas acima de tudo um compromisso social assumido pelas pessoas e empresas que vivem num determinado país e do qual reclamam serviços públicos que apenas podem ser fornecidos se o Estado dispuser dos recursos necessários. Como tal, pagar impostos representa o custo que cada um de nós tem que assumir para vivermos e convivermos numa sociedade civilizada. Desta forma, falamos de consciência fiscal no sentido que pressupõe o conhecimento sobre o dever de os cidadãos contribuírem, de acordo com a sua capacidade contributiva, para as receitas necessárias à realização das despesas públicas, no âmbito de um sistema fiscal alicerçado em princípios de igualdade, generalidade e progressividade (Alarcón García e Pablos Escobar, 2007).

Pagar impostos, para além de uma imposição legal, constitui um dever moral, um exercício de cidadania que deve fazer parte de uma consciência fiscal global. Torna-se, assim, imperativo consciencializar a sociedade para a função socioeconómica dos impostos e despertar a consciência para o bom cumprimento da lei fiscal tendo em vista o benefício geral. Desta forma, conforme resulta de Marques (2016), existe uma relação entre educação fiscal, consciência fiscal, cidadania fiscal e cultura fiscal. O exercício da cidadania fiscal pressupõe uma consciência cívico-fiscal que resultará da educação fiscal.

O objetivo da educação fiscal não é ensinar a técnica dos impostos, não se trata de ensinar a quantificar os impostos mas sim fazer com que os cidadãos compreendam os impostos que pagam e o porquê de se pagarem esses impostos. Nesse sentido, a educação fiscal deverá conduzir a uma consciência fiscal coletiva. Conforme afirmam Palma e Pita (2016:31), *“a educação fiscal consiste num método de ensino e aprendizagem que tem em vista consciencializar o cidadão sobre a função social do tributo, de como este pode promover a justiça social, incentivando-o a participar na aplicação, arrecadação e fiscalização do dinheiro público (...)”*. No mesmo sentido, Martinello e Nascimento (2013) entendem a educação fiscal como o processo de ensino e aprendizagem que tem como objetivo a formação de uma consciência fiscal virada para o exercício da cidadania. O objetivo da educação é inserir os seres humanos na sociedade, como pessoas sabedoras de conceitos básicos, deveres e direitos, interiorizando as normas da vivência em comum. No âmbito da educação fiscal, o que se pretende é fazer perceber a todos os públicos a importância do dever fundamental de pagar impostos e de que todos temos que ser parte do processo, cumprindo e fazendo cumprir a lei, criando condições para uma relação de proximidade e harmonia entre o Estado e os cidadãos no âmbito da gestão fiscal, incentivando a sociedade a participar no acompanhamento e aplicação dos recursos públicos.

Em termos específicos, a educação fiscal deve resultar numa abordagem de temas como (Delgado Lobo *et al.*, 2005): a identificação dos bens e serviços públicos; o conhecimento do valor económico, da repercussão e das diferentes fontes de financiamento desses bens e serviços públicos; a interiorização das atitudes de respeito pelo que é público e, como tal, financiado pelo esforço de todos; a perceção da responsabilidade fiscal como um dos valores em que assenta a construção da convivência em sociedade e da cultura democrática; a compreensão do sentido da Fiscalidade, na sua dupla vertente de receitas e gastos públicos, como um dos âmbitos em que operam valores como os da equidade, justiça, solidariedade numa sociedade democrática.

A família e a escola são as fontes primárias da educação, por isso temos que pensar na educação fiscal a partir destes núcleos. Conforme afirmam Delgado Lobo *et al.* (2005:5), *“ciertamente, en la socialización de los individuos tiene una influencia decisiva el núcleo familiar. Pero, a medida que el individuo se va haciendo adulto, dicha influencia pasa a ser ejercida también, y de forma no menos poderosa, por otras instituciones entre las que cabe destacar el sistema educativo. La forma en que el sistema educativo puede actuar transmitiendo el valor “deber tributario” como parte de los deberes sociales, puesto que el incumplimiento fiscal es una conducta asocial, influirá en la actitud que se adopte ante el sistema fiscal. Y éste es un factor decisivo para el cumplimiento tributario”*.

As normas fiscais fazem parte do conjunto de normas sociais que deve cumprir um cidadão adulto inserido numa sociedade democrática. Assim, as responsabilidades associadas ao cumprimento das normas fiscais deverão fazer parte do conjunto de valores que todo o cidadão, de qualquer idade, deve assumir, respeitar e defender, exigindo dos outros a adoção de uma conduta fiscal igualmente responsável. Por isso, a formação da consciência fiscal deve começar nas crianças, ao mesmo tempo que lhes são transmitidos os restantes valores exigidos à convivência em sociedade, e os recursos educativos relativos à educação fiscal devem dirigir-se a alunos e professores dos vários graus de ensino. Como assinala Pérez Huete (2015:21) *“(…) de ahí la importancia de que se dirija a los ciudadanos más jóvenes. Forma parte de la enseñanza más básica que educa en valores, en general”*.

Referências

- Alarcón García, G., Pablos Escobar, L. (2007). La conciencia fiscal y el fraude fiscal: factores que influyen en la tolerancia del fraude, *Documentos de trabajo de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales*, 2.
- Delgado Lobo, M.L., García-Verdugo, A.M., Valdenebro García, M.L., Roldán Muñoz, C., Fernández-Cuartero, M. (2005). La educación fiscal en España, *Documentos - Instituto de Estudios Fiscales*, 29: 1-34.
- Marques, A.C.L. (2016). As Finanças Públicas e a Cidadania e a Educação Fiscal, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII(2): 49-62.
- Martinello, D., Nascimento, E. (2013). É possível construir a cidadania através do programa de educação fiscal?, *Tributação em Revista*, 64.
- Palma, C., Pita, M. (2016). Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal – os casos do Brasil, de Espanha e de Portugal, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII(2): 29-48.
- Pérez Huete, J. (2015). Educación financiera y educación tributaria, *eXtoikos*, 17: 21-23.

Notas sobre Contabilidade

Confiança (“Fé que se deposita em alguém”, in Dicionário Priberam).



Quando iniciei o percurso pelas veredas do ensino, a primeira experiência foi traumática. Quase três dezenas de anos depois, ainda a tenho presente na memória, como se a tivesse vivido hoje. Uma turma de alunos maduros, regime pós-laboral, relação pessoal esplêndida, a sensação de ser parte de um grupo homogêneo em que cada um estava imbuído do supremo interesse de aprender. No dia do exame, enquanto a prova decorria, eu corrigia outras, despreocupado com os meus “companheiros de grupo”. De repente o olhar recolheu um sinal, o cérebro teve dificuldade em o interpretar; o sinal foi novamente recolhido e o cérebro finalmente traduziu: “os alunos estão em grande copianço”. Troca de papelinhos, de provas, de máquinas de calcular com os resultados. Atordoado, dirigi-me para o meio da sala e aí permaneci de pé, tenso, vigilante, seguindo cada gesto, cada movimento. A “festa” acabou, mas eu estava em choque. Sentia-me violentado, a confiança que neles depositara tinha sido atraídoada.

Essa primeira amarga experiência não evitou que outras de igual sabor se seguissem. Embora a memória a tivesse retido, no dia-a-dia da relação pedagógica, com cada grupo, sobrepõe-se, ainda que inconscientemente, a ilusão de que desta vez vai ser diferente, de que este merece a minha confiança.

A mais recente delas, ocorreu há poucos dias. Um curso de pós-graduação, num módulo de “*Financial Accounting*”. Alunos maduros, de múltiplas nacionalidades e experiências, agradáveis no trato, motivados. A componente de avaliação contínua incluía um pequeno questionário no final de cada aula, ministrado através de uma aplicação online, a “Socrative”, a que os alunos acediam através do telemóvel ou do computador, com um código por mim fornecido. Tudo corria bem, os alunos satisfeitos, eu também. Porém, a “felicidade” viria a mostrar-se ilusória.

Primeiro, um dos alunos, anonimamente, queixou-se de que o “jogo” não estava a ser justo, porque havia colegas que marcavam lugar junto dos “craques” da turma e, por essa via, enquanto estes respondiam aos testes, usufruíam das respostas por eles dadas. “Um murro no estômago”, foi como descrevi aos alunos a sensação provocada pelo conhecimento da situação. Discuti com eles o assunto, dei-lhes a conhecer a minha mágoa por ver atraídoada a minha crença de que, no grupo, todos, alunos e professor, se regiam pela mesma cartilha de objetivos, valores e regras. Pedido de desculpa global. Mas o mal estava feito. Para mim as coisas não voltaram a ser iguais. Apertei a vigilância durante as provas, usei a opção que a aplicação tem de sortear as perguntas para cada aluno, o que limitava a vantagem de olharem para o lado.

Mas, neste “jogo”, a relação professor-aluno está longe de ser uma constante que o primeiro domina. O “murro” principal ainda estava para ser desferido. No último teste da avaliação contínua, facultativo, houve alunos que prescindiram do mesmo, abandonando a sala antes do seu início. No dia seguinte, conferindo a pauta com os resultados, gerada automaticamente pela aplicação, constatei que dela constava um dos alunos que saíra da sala. Ou tinha feito a prova fora, mas nesse caso tinha recebido

de dentro o código de acesso; ou alguém que ficara em sala fizera o teste em seu nome. Uma fraude, em qualquer dos casos. Fiquei paralisado, incrédulo quanto ao que me acabava de acontecer.

A prova foi anulada ao aluno, que assumiu integralmente culpas pelo sucedido, não denunciando quem o(a) ajudou; a diretora do curso achou que não era situação grave e que ficava resolvida com a anulação da prova – tratamento leve, em minha opinião.

Senti-me defraudado, mais amargo com cada um e comigo próprio. Há vários dias que ando a protelar a correção das provas de exame final, procurando que a passagem do tempo ajude a dissipar a revolta interior que ainda sinto e, desse modo, limite eventuais injustiças que eu possa cometer na avaliação do desempenho de cada aluno. Repito a mim próprio, continuamente, que a trapaça de um ou de poucos não deve ser cobrada do grupo.

Também desta vez, a passagem do tempo vai diluir essa revolta. No futuro, voltarei a cair na mesma cilada, porque não concebo a relação professor-aluno sem confiança, e não considero confiança um comportamento em que tenha de estar permanentemente na defensiva, procurando antecipar o próximo “murro”. Para mim, Confiança é o cimento de todas as relações.

José António Moreira